



6876898

08620.006054/2020-45



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OFÍCIO Nº 1487/2024/DPDS/FUNAI

Brasília, data da assinatura eletrônica.

À Senhora

CEIÇA PITAGUARY

Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena

Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena

Ministério dos Povos Indígenas - MPI

Assunto: Licenciamento Ambiental do Projeto Santa Quitéria de exploração urânio e fosfato.**Resposta ao Ofício SEI Nº 2270/2024/MPI (SEI Funai nº 6591138).**

Referência: Processo 14022.032010/2024-46.. Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo Funai nº 08620.006054/2020-45.

Senhora Secretária,

1. Em atenção ao ofício em referência, que encaminha Carta do "Movimento Potigatapuia" (6591154), sobre Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (PSQ), informamos o que segue.

2. Conforme é do conhecimento desse Ministério, a participação da Funai em processos de licenciamento ambiental de competência federal é regulamentada pela Portaria Interministerial nº 60/2015. Conforme esta norma, a área de presunção de impacto para o componente indígena de projetos minerários fora da Amazônia legal é de 8 km.

3. Em relação à Terra Indígena Serra das Matas, foi elaborada a Informação Técnica nº 34/2022/SEAGEO/COINGEO/CGGEO/DPT-FUNAI (SEI nº 4212561), assim, como a Tabela Distâncias aldeias (SEI nº 4215273), convertida no arquivo extensão .pdf Tabela Distâncias Aldeias PDF (SEI nº 4236794), informando o seguinte:

Conforme consta na Informação Técnica nº 151/2020/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI (SEI 2346134), o resultado da Análise Cartográfica aponta que o referido empreendimento encontra-se a mais de 135 km da Terra Indígena mais próxima, enquanto que a distância para a aldeia mais próxima é de 25 km, que está localizada fora de Terras Indígenas. Para fins de esclarecimento, foi anexado ao processo, em formato de tabela (SEI 4215273), as informações de cada uma das respectivas aldeias da Terra Indígena Serra das Matas, apontando que a menor distância é de 25 km para o referido empreendimento. Destaca-se ainda que não consta as informações latitudinais e longitudinais de 6 dentre as 45 aldeias, inviabilizando o traçado de linha de distância destas para o empreendimento.

4. Ao se analisar a tabela verifica-se que as seis (06) aldeias que não tem suas informações latitudinais e longitudinais são: Lagoa Seca, Ingá I e II, Lagoa Velha, Lagoa dos Vinutos, Passarinho e Sítio São Manoel.

5. Conforme Ofício nº 253/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI nº 4242378), foram solicitados esclarecimentos relacionados às "Terra Indígenas, aldeias indígenas, grupos indígenas localizadas nos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé, Madalena, Sobral e demais municípios do Estado do Ceará, e que façam parte da Área de Influência Direta e Indireta do Projeto Santa Quitéria em processo de Licenciamento Ambiental Federal (Processo nº 02001.014391/2020-17)", assim como "que seja informada a situação fundiária, o processo e fase da análise dos estudos de identificação e localização georreferenciadas das comunidades indígenas pertencentes aos municípios das áreas de influência do citado projeto" e a indicação "da situação fundiária e localização georreferenciada das comunidades indígenas, quais aldeias, agrupamentos ou Terras Indígenas estariam no raio de cobertura da Portaria Interministerial 60/2015, regularizadas ou em processo de regularização".

6. Em resposta, recebemos o Despacho DPT/2022 (SEI nº 4450936) encaminhando a Informação Técnica nº 532/2022/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI (SEI nº 4261484), a Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI (SEI nº 4297520) e o Despacho COIM/2022 (SEI nº 4321999). A Informação Técnica nº 532/2022/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI (SEI nº 4261484) apontou que:

Após análise das peças técnicas apenas ao processo, foram inseridos os dados geoespaciais no Sistema de Informação Cartográfico Institucional, sendo obtida a Análise Cartográfica nº 1179/2022, Mapa (SEI nº 4261430) e Relatório (SEI nº 4261427), assim, localizando geograficamente o empreendimento em relação às terras indígenas próximas.

A partir dos dados atualmente existentes no sistema de aldeias da Funai, informamos que o Projeto Santa Quitéria, encontra-se distante cerca de 136,58 km da terra indígena mais próxima denominada Pitaguary, com status de Declarada e não Homologada até a presente data. Ainda, o Projeto Santa Quitéria está localizado a aproximadamente 25,11 km da aldeia Quixaba, 25,31 km da aldeia Sabonete e 28,72 km da aldeia Rajado, sendo essas as mais próximas ao empreendimento.

Foi definida uma área de influência de 08 km a partir do empreendimento, conforme preconiza o Anexo I da Portaria Interministerial nº 60 de 2015 para esta tipologia nesta região, não sendo observadas aldeias ou Terras Indígenas abrangidas por essa área de influência.

7. Já a Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI (SEI nº 4297520) indicou que:

Trata-se da Informação Técnica nº 532/2022/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI (SEI nº 4261484), por meio da qual a Coordenação-Geral de Geoprocessamento (CGGEO/DPT) solicita desta CGID que verifique se na área de Influência Direta e Indireta do Projeto Santa Quitéria, o qual se encontra em fase de licenciamento para instalação no município de Santa Quitéria (CE), encontram-se reivindicações fundiárias de povos indígenas e/ou estudos de identificação e delimitação em andamento, conforme demanda apresentada no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental Federal (Processo nº 02001.014391/2020-17).

A partir da leitura da referida Informação Técnica, assim como dos documentos correlatos: Análise Cartográfica nº 1179/2022, Mapa (SEI nº 4261430) e Relatório (SEI nº 4261427), pode-se observar a localização do empreendimento mencionado, bem como a existência de uma série de aldeias indígenas, a maior parte delas situada no município de Monsenhor Tabosa. No Mapa (SEI nº 4261430) verifica-se, ainda, a distância do Projeto Santa Quitéria em relação a algumas dessas aldeias, sendo as mais próximas a Aldeia Sabonete e a Aldeia Quixaba (aproximadamente 25 Km). Todavia, as informações apresentadas não permitiram identificar a quais áreas reivindicadas ou em estudo as aldeias pertencem.

Por outro lado, de acordo com o Parecer Técnico (SEI nº 4209086), elaborado pelo Painel Acadêmico sobre os Riscos da Mineração de Urânio e Fosfato, grupo interdisciplinar de especialistas de diferentes instituições de ensino e pesquisa, autuado no processo em tela:

há evidências de impactos do Projeto Santa Quitéria a municípios como Santa Quitéria, Itatira, Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Tamboril, Catunda, Madalena, Canindé e Sobral. Também há evidências de impactos nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (cujos territórios pretendem ser atravessados pelo transporte do concentrado de urânio). (p. 103)

O mesmo Parecer Técnico também aponta quais Terras Indígenas estão localizadas nos municípios acima citados (p.103). São elas:

- Terra Indígena Serra das Matas - em estudo de identificação e delimitação
- Terra Indígena Kanindé de Canindé - área reivindicada
- Terra Indígena Karão Jaguaribara - área reivindicada
- Terra Indígena Anacé - em estudo de identificação e delimitação

- Terra Indígena Tapeba - TI declarada (com Portaria Declaratória do Ministério da Justiça)
- Reserva Indígena Taba dos Anacé

Em consulta ao Sistema Indigenista de Informações, banco de dados mantido pela Diretoria de Proteção Territorial da Funai (DPT/FUNAI), encontra-se ainda referência a uma outra área reivindicada. Trata-se da reivindicação fundiária indígena denominada Kanindé de Aratuba (Sítio Fernandes), nos municípios de Aratuba e Canindé, registrada sob a ID 196.

Isso posto, dentro das competências regimentais desta Coordenação de Orientação aos Estudos Multidisciplinares, temos a informar o que segue acerca dos estudos de identificação e delimitação nas áreas acima mencionadas.

Terra Indígena Serra das Matas

Denominada anteriormente Mundo Novo/Viração, a TI Serra das Matas está localizada nos municípios de Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria, Boa Viagem, Tamboril e Catunda. A área é ocupada pelos Povos Potiguara, Gavião, Tabajara e Tapuia-Tubiba. Foram realizadas algumas tentativas de realização dos estudos necessários à identificação e delimitação, nomeando-se profissionais por meio das Portarias n.º 1138/2005/PRES-FUNAI, n.º 903/2009/PRES-FUNAI e n.º 529/2010/PRES-FUNAI, os quais, todavia, não lograram concluir os referidos estudos. Assim, em 4 de setembro de 2015, por meio da Portaria n.º 851/PRES-FUNAI, foi constituído Grupo Técnico (GT), com a composição atual, coordenado pelo antropólogo e professor da Universidade Federal da Paraíba Estevão Martins Palitot. No momento, esta CGID aguarda o envio por parte do GT da versão preliminar do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID).

Vale destacar que, não obstante terem sido localizadas na Análise Cartográfica n.º 1179/2022, Mapa (SEI n.º 4261430) e no Parecer Técnico (SEI n.º 4209086) as aldeias existentes nos referidos municípios, os limites precisos da Terra Indígena somente serão conhecidos após a finalização do RCID.

Terra Indígena Anacé

A TI Anacé, ocupada pelo Povo Indígena homônimo, está situada no município de Caucaia. Assim como a TI Serra das Matas, também foram realizados esforços prévios voltados para a identificação e delimitação da área reivindicada pelos Anacé, com a designação de profissionais para a realização de estudos multidisciplinares por meio das Portarias n.º 01/2009/DAS-FUNAI, n.º 1035/2010/PRES-FUNAI, n.º 1.566/2010/PRES-FUNAI, n.º 1327/2011/PRES-FUNAI e n.º 758/2012/PRES-FUNAI. Em 16 de outubro de 2018, foi publicada a Portaria n.º 1.354/PRES-FUNAI, por meio da qual se designou novo Grupo Técnico de identificação e delimitação, e, em 28 de junho de 2019, foi publicada a Portaria n.º 888/PRES-FUNAI, que substituiu o coordenador anterior e designou como novo coordenador do GT o antropólogo Ronaldo de Queiroz Lima. Assim, o GT deverá realizar nova etapa de campo, em momento ainda a ser pactuado, a fim de levantar mais dados para compor o RCID.

8. O Despacho COIM/2022 (SEI n.º 4321999), por sua vez, informou que:

Trata-se do Ofício 253 (4242378), por meio do qual a CGLIC solicita informações sobre áreas reivindicadas e em estudo sob influência direta e indireta do Projeto Santa Quitéria, localizado em Santa Quitéria-CE.

Isso posto e em complemento à Informação Técnica 116 (4297520), acerca das áreas reivindicadas citadas nos parágrafos 4º e 5º, informamos que:

- Reivindicação da etnia Kanindé denominada **Kanindé de Canindé (Fazenda Gameleira)**, localizada em Canindé-CE, autuada pelo NUP 08620.099390/2015-66 e em qualificação/pendente de análise do processo de reivindicação;
- Reivindicação da etnia Kanindé denominada **Kanindé de Aratuba (Sítio Fernandes)**, localizada em Aratuba-CE e Canindé-CE, autuada pelo NUP 08620.099393/2015-08 e em qualificação; e
- Reivindicação do Povo Karão Jaguaribara denominada **Karão Jaguaribara**, localizada no município de Canindé/CE, autuada pelo NUP 08087.000372/2019-53, a qual se encontra qualificada.

Ao tempo em que informamos que tão logo tenhamos repostas da DPT, as encaminharemos à V. Sa., reiteramos que o conteúdo do Ofício n.º 1081/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI n.º 2431993) foi feito com base em informações da DPT, refletindo as situações fundiárias à época da consulta deste Instituto.

9. Diante do exposto, considerando que as terras indígenas mais próximas do empreendimento estão a mais de 130 km, e a aldeia com localização conhecida mais próxima (da Terra Indígena Serra das

Matas) está a mais de três (03) vezes a distância preconizada na PI nº 60/15 em relação ao PSQ, não foram solicitadas providências específicas relacionadas ao componente indígena do licenciamento ambiental do empreendimento.

10. Tendo em vista que, em consonância com a Portaria Interministerial 60/2015 "*A área definida para estudo é aquela constante do Anexo I, salvo situações excepcionais decorrentes da especificidade da atividade ou empreendimento ou da sua região de inserção, identificada em comum acordo com o Ibama e em entendimento com o interessado*", solicitamos apoio desse Ministério no sentido de articulação das reuniões sugeridas no item 8 do Ofício n. 342/2024/COIMP/CGTEF/DILIC, remetido pelo Ibama ao MPI em 03/06/2024.

11. Por meio do Ofício, o MPI solicita "que a FUNAI, nas suas respectivas obrigações legais e regimentais, atuem de forma coordenada e interinstitucional para garantir que o processo de licenciamento ambiental do PSQ seja conduzido com a máxima transparência e eficácia, respeitando os direitos dos povos indígenas e suas tradições culturais". Há que se destacar, contudo, que para o adequado cumprimento de sua missão institucional a Funai deve contar com corpo técnico condizente com a envergadura de suas atribuições. Destacamos que o setor competente no âmbito desta Fundação conta atualmente com 3 (três) servidores para todas as tipologias de transporte, mineração e usos alternativos do solo, licenciados por todas as esferas em todos os estados do país, contando hoje com cerca de 450 processos com pendências de providências. Diante da insuficiência de servidores, até a devida recomposição de sua força de trabalho, estão sendo observados, na medida de possível, os critérios de priorização já apresentados à SEGAT/MPI.

12. Informamos, por fim, que foi disponibilizado acesso externo ao MPI.

13. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos por meio da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC, telefone (61) 3247-6908/6910/11, e-mail cgllic@funai.gov.br.

I - Informação Técnica nº 34/2022/SEAGEO/COINGEO/CGGEO/DPT-FUNAI (SEI nº 4212561).

II - Tabela Distâncias Aldeias PDF (SEI nº 4236794).

III - Ofício nº 253/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI nº 4242378).

Anexos: IV - Despacho DPT/2022 (SEI nº 4450936).

V - Informação Técnica nº 532/2022/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI (SEI nº 4261484).

VI - Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI (SEI nº 4297520).

VII - Despacho COIM/2022 (SEI nº 4321999).

Atenciosamente,

LUCIA ALBERTA ANDRADE DE OLIVEIRA
Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Alberta Andrade de Oliveira, Diretor(a)**, em 03/07/2024, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **6876898** e o código CRC **CE62A1D7**.

SCS, Quadra 9, Torre B, Ed. Parque Cidade Corporate
CEP: 70308-200 - Brasília-DF
Telefone: (61) 3247-6501- <http://www.funai.gov.br>